



SENADO FEDERAL

Consultoria de Orçamentos,
Fiscalização e Controle
CONORF/SF

Avaliação de Receitas e Despesas do Governo Federal 4º bimestre de 2013

Nota Técnica

285/2013

Brasília, 31 de outubro de 2013.

**Análise do Relatório de
Avaliação das Receitas e
Despesas do 4º bimestre do
Orçamento para 2013**

Grupo de Receita e Macroeconomia:

José Rui Gonçalves Rosa

Maria Liz de Medeiros Roarelli



Assunto: Principais aspectos do *Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do 4º Bimestre de 2013*, elaborado pelo Poder Executivo, tendo como resultado a manutenção dos limites de movimentação e empenho estabelecidos no Relatório do 3º Bimestre, dado o aumento de R\$ 4,7 bilhões na estimativa da Receita Primária Líquida e concomitante aumento de R\$ 4,7 bilhões na estimativa de gastos com despesas obrigatórias (ver Tabela 1, em anexo).

1. REFERENCIA LEGAL - Esse Relatório busca atender ao art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF que determina que, se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo critérios também fixados na LDO (art. 49 da Lei nº 12708, de 17.08.12). Uma completa avaliação exige que se efetue também análise do comportamento das despesas primárias, em especial daquelas de execução obrigatória, uma vez que alterações em seus valores, em relação à LOA, igualmente podem afetar o alcance da meta de Resultado Primário.

1.1 – CAUTELA GERENCIAL – O contingenciamento de gastos discricionários é uma medida preventiva, pois em caso de recuperação da receita prevista, ainda que de forma parcial, ou de reestimativa para menor de despesa obrigatória, a LRF prevê a recomposição das dotações cujos empenhos foram objeto de limitação, proporcionalmente às reduções anteriormente efetivadas.

1.2 – BASE DE DADOS DO RELATÓRIO DO 4º BIMESTRE – Elaborado com base nos valores de arrecadação das receitas federais e de realização das despesas do Governo Federal ocorridos até o mês de agosto, com parâmetros macroeconômicos atualizados e compatíveis com a política econômica vigente¹.

2. META FISCAL DA LDO2013 REVISADA - A meta de resultado primário do Governo Federal (Governo Central e empresas estatais federais), para o exercício

¹ A Resolução nº 1, de 2006 – CN determina que ao Comitê de Avaliação da Receita, da Comissão Mista de Orçamentos, cabe a responsabilidade de acompanhar a evolução da arrecadação das receitas durante o exercício, realizando, bimestralmente, reuniões de avaliação de seus relatórios com os representantes do órgão do Poder Executivo responsável pela previsão e acompanhamento da estimativa das receitas.



de 2013, foi fixada na Lei nº 12.708, de 17.08.12, (LDO-2013) em R\$ 108,1² bilhões (meta “cheia” de 2,15% do PIB), cabendo tudo ao Governo Central, pois no caso das empresas estatais foi fixada em zero. Para o setor público consolidado não financeiro foi fixada em R\$ 155,9 bilhões (3,1% do PIB), o que significa que para os Estados, DF e Municípios a meta é de R\$ 47,8 bilhões (0,95% do PIB). Ademais, como a LDO2013 determinava que a LOA2013 deveria ser compatível com a meta de R\$ 155,9 bilhões isso implicava que caso os governos locais não cumprissem sua meta fiscal o Governo Federal deveria fazer a devida compensação³. Mais adiante, o governo mudou de posição e enviou ao Congresso o PL nº 1, de 2013-CN (em tramitação) que, em última análise, retirava obrigatoriedade de o Governo Federal cobrir o eventual descumprimento de meta por parte dos governos locais. Porém, o Ministro da Fazenda em entrevista no mês julho informou que o Governo Federal conta com o cumprimento da meta pelos governos locais e, além disso, aumentou em mais R\$ 10,0 bilhões a meta do Governo Central, levando a meta efetiva de Resultado Primário Consolidado para R\$ 120,9 bilhões, correspondendo a 2,50 % do PIB.⁴

2.1 Abatimento da Meta Fiscal – A LDO2013 original permite que a meta do Resultado Primário possa ser reduzida em até R\$ 45,2 bilhões relativos a gastos com investimentos prioritários, notadamente aqueles integrantes do PAC, aí considerados o valor de restos a pagar. Posteriormente, com a edição da Lei nº 12.795, de 02.04.13, art. 1º, esse limite de redução foi elevado para R\$ 65,2 bilhões, para abrigar, inclusive, desonerações tributárias. Porém, o Ministro da Fazenda, citada na entrevista, informou que somente R\$ 45,0 bilhões serão utilizados.

3. MUDANÇAS NOS PARÂMETROS MACROECONÔMICOS – No Relatório de Avaliação do 4º Bimestre, destaque para a continuada expectativa de menor crescimento real do PIB para 2013, de 4,50% na LOA2013 para 3,50% no Relatório do 2º bimestre, para 3,00% no Relatório do 3º bimestre e 2,50% agora neste Relatório. Por outro lado, sobe a expectativa de inflação, com o IPCA

² De acordo com o quadro de Anexo de Metas Fiscais dessa Lei esse valor corresponderia a 2,15% do PIB.

³ Cabe lembrar que, como em exercícios mais recentes, os Grupos Petrobrás e Eletrobrás não estão considerados dentro da meta das empresas estatais e que pode haver compensação entre as metas do Governo Central e das empresas estatais.

⁴ A meta apontada é a descontada de R\$ 45,0 bilhões da permissão de abatimento por despesas do PAC e o percentual de 2,50% do PIB utiliza o PIB da Avaliação do 3º bimestre estimado em R\$ 4.834,4 bilhões. Esse PIB difere do empregado na LDO.



acumulado para o ano saltando de 4,90% na LOA2013 para 5,20% e 5,70% nos 3º e 4º bimestres. O resultado do efeito conjunto, da redução do crescimento real do PIB em 2,0 pontos de percentagem com o aumento na expectativa da inflação em menor magnitude foi a redução da estimativa do PIB nominal de R\$ 5.001,1 bilhões na LOA2013 para R\$ 4.834,40 bilhões na Avaliação do 3º bimestre e R\$ 4.773,1 bilhões neste bimestre(ver Tabela 2, em anexo)⁵. A reação do Banco Central contra o recrudescimento da inflação faz com que a Taxa Over Selic média aumente de 7,28% na LOA2013 para 8,20% neste Relatório. A Taxa de Câmbio média, no mesmo padrão de comparação, sobe de R\$ 2,03 para R\$ 2,09, por dólar. O **mercado**, segundo o Relatório FOCUS de 25.10.2013, espera para 2013 crescimento do PIB de 2,50%; IPCA acumulado de 5,83%; Taxa Selic em fim de período de 10,0% e Taxa de Câmbio em fim de período de R\$ 2,25.

4. RECEITA PRIMÁRIA BRUTA ABAIXO DA PREVISTA NA LOA2013 - Nesta Avaliação, a expectativa de arrecadação de Receita Primária Bruta para 2013 do Poder Executivo cresceu R\$ 4,2 bilhões com relação à Avaliação anterior. No acumulado das três Avaliações, a receita bruta está reestimada para R\$ 1.189,2 bilhões, inferior em R\$ 64,2 bilhões à estimativa contida na LOA2013 que é de R\$ 1.253,4 bilhões (ver Tabelas I e III, em anexo).

4.1 Como se distribui essa frustração de Receita - No acumulado do ano, com relação à LOA2013, as maiores frustrações de receita continuam concentradas na menor estimativa de arrecadação nas Receitas Administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB, com menos R\$ 54,0 bilhões, e nas Receitas Não-Administradas, com menos R\$ 8,4 bilhões (Tabela III, em anexo). Mas, considerando as duas últimas Avaliações, houve um ganho bruto de R\$ 4,2 bilhões entre elas. Essa variação positiva decorreu, principalmente, de ganho na estimativa das Receitas Não Administradas de R\$ 4,8 bilhões, uma vez que as Receitas Administradas pela SRFB mostraram nova queda de estimativa de R\$ 1,3 bilhão.

4.2 Receitas Administradas pela SRFB - Destacam-se a frustração das receitas do Imposto Sobre Produtos Industrializados – IPI (R\$ 15,6 bilhões), do Imposto de Renda – IR (R\$ 13,5 bilhões) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido –

⁵ O mercado, segundo o Relatório – FOCUS do Bacen de 26.07.2013 espera para 2013 um crescimento real do PIB de 2,28% contra uma estimativa de 2,40% há quatro semanas. Para a inflação, o mercado espera um IPCA acumulado de 5,75% contra uma estimativa de 5,87% há quatro semanas. Para 2014 são esperados crescimento real do PIB de 2,60% e inflação de 5,88%.



CSLL (R\$ 11,0 bilhões)⁶, muito afetados pelo menor crescimento do PIB em relação à previsão contida na LOA2013. O Imposto Sobre Operações Financeiras – IOF fica R\$ 6,3 bilhões abaixo dessa Lei em função da redução de alíquotas para as pessoas físicas e da menor expectativa de crescimento do crédito. A receita conjunta das contribuições da COFINS/PIS apresenta pequena elevação de estimativa com relação à LOA2013 – 0,82% (R\$ 1,9 bilhão) - em função das vendas de bens e serviços continuarem com crescimento positivo. O Imposto de Importação (II), devido à elevação de 4,63% do valor em dólar das importações, do aumento de 10,18% na taxa de câmbio média e da elevação de 2,51% da tarifa média de importação, é o que apresenta acréscimo de estimativa mais expressivo com relação à previsão da LOA2013, ou seja 13,0% (R\$ 4,4 bilhões).

4.3 Receitas Não-Administradas - Destacam-se, com relação à LOA2013, a menor estimativa da receita com Dividendos (menos R\$ 12,6 bilhões) em decorrência da “...revisão do cronograma de pagamentos de dividendos pelas empresas estatais até o fim do exercício” e da estimativa da receita com *Royalties* do petróleo (menos R\$ 9,2 bilhões) em função da queda no preço médio internacional do petróleo e da menor produção física que pesaram mais que a desvalorização cambial do período.⁷ Como destaque positivo temos a maior expectativa com a arrecadação da receita com Concessões (mais R\$ 8,2 bilhões).

4.4 Receitas do Regime Geral da Previdência Social - RGPS: A Avaliação do 4º Bimestre mostra acréscimo de R\$ 600,0 milhões com relação à Avaliação anterior. Com referência à estimativa contida na LOA2013, devido à reestimativa de desonerações tributárias sobre a folha que reduziram a compensação inicialmente prevista ao FRGPS, mostra queda de R\$ 2,4 bilhões. Comparativamente à arrecadação realizada de 2012 há um aumento de R\$ 37,8 bilhões.

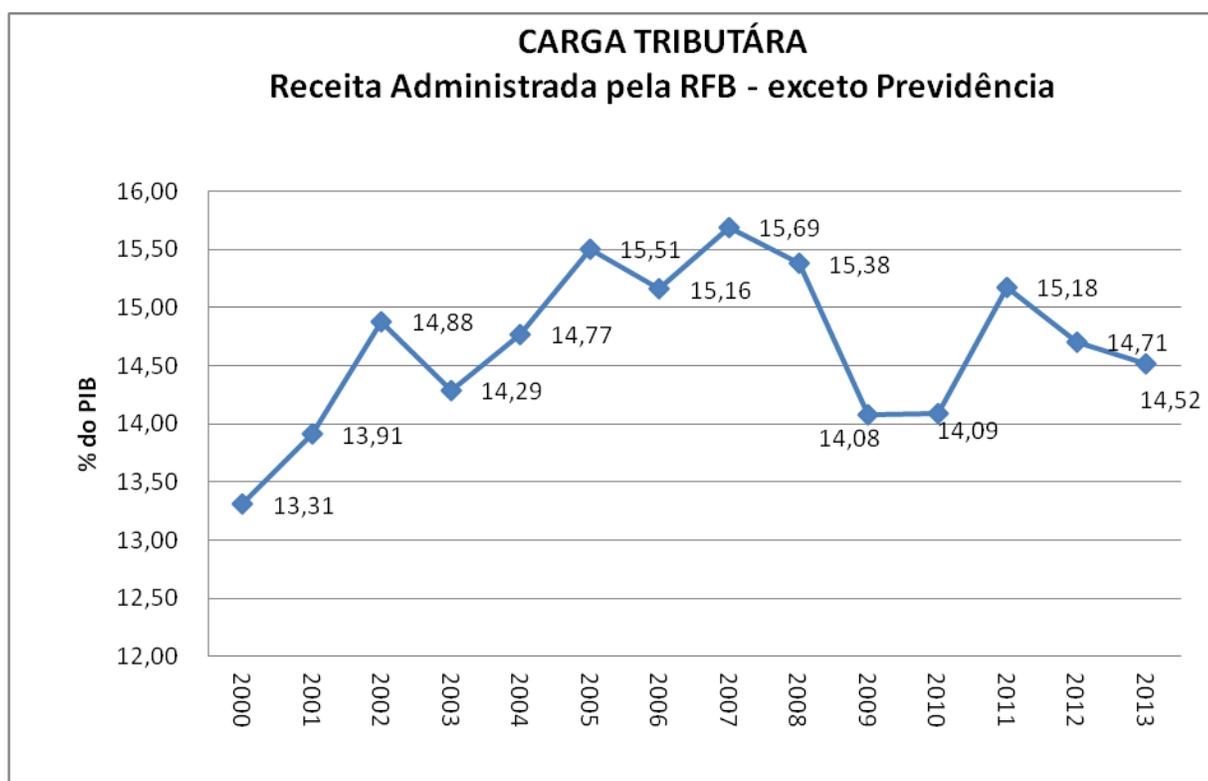
5. CARGA TRIBUTÁRIA – 2012 e 2013 – Conforme visto, embora a Receita Primária Bruta nessa Avaliação caia se comparada com a estimativa da receita

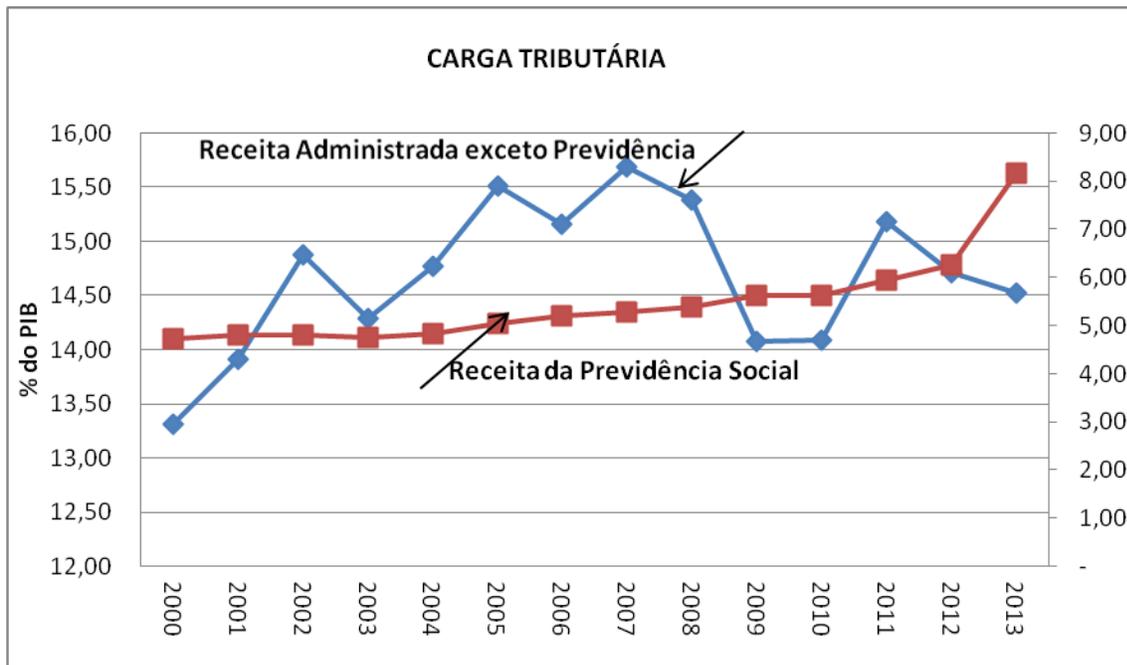
⁶ Na análise janeiro-agosto de 2013, segundo a SRFB, houve redução de 51,28% do pagamento do ajuste anual do IRPJ/CSLL relativo a fatos geradores do ano-calendário de 2012. A produção industrial mostrou aumento de apenas 1,35% no comparativo de dez/12-jul/13 sobre dez/11-jul/12 e a venda de bens e serviços cresceu apenas 3,96% no mesmo período. A massa salarial também no mesmo período aumentou 11,65%. Houve arrecadações extraordinárias de R\$ 4,0 bilhões, sendo R\$ 1,0 bilhão de PIS/COFINS (depósito judicial) e R\$ 3,0 bilhões de IRPJ/CSLL (venda de participação societária). As desonerações tributárias (INSS da folha, IPI de automóveis e linha branca) embora afetem o desempenho gerencial da arrecadação já estavam computadas na previsão de receitas da LOA2013.

⁷ O Ministro da Fazenda em entrevista na mídia disse que a menor receita com dividendos seria para reforçar financeiramente as empresas estatais.



contida na LOA2013, em termos de porcentagem do PIB (**“carga tributária”**) e **comparada com os valores realizados de 2012**, a Receita Primária Bruta estimada para 2013 no 4º Bimestre sobe em relação a 2012, de 24,08% do PIB para 24,91% do PIB. Esse aumento é determinado, principalmente, pelo expressivo crescimento real esperado na Arrecadação Líquida do INSS e da Receita com Concessões, uma vez que carga tributária derivada da Receita Administrada pela SRFB cai de 14,70% do PIB em 2012 para 14,68% do PIB na última Avaliação (ver gráficos, a seguir, e Tabela III).





6. RECEITA PRIMÁRIA LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS EM QUEDA – Como resultado da menor expectativa de receita esperada no IPI, IR e com *Royalties* e, conseqüentemente, da menor projeção das Transferências Constitucionais e Legais para Estados e Municípios, a estimativa da **Receita Primária Líquida** ficou menor em R\$ 42,9 bilhões, caindo de R\$ 1.048,5 bilhões na LOA2013 para R\$ 1.005,6 bilhões na Avaliação do 4º Bimestre, aumentando em R\$ 4,7 bilhões com relação à Avaliação do bimestre anterior. Porém, em termos de porcentagem do PIB e comparado com os valores realizados de 2012, aumenta de 20,19% do PIB para 21,07% do PIB nesta Avaliação, com esta última elevação sendo afetada também pela revisão para menor do valor do PIB. As **Transferências para Estados e Municípios**, também em porcentagem do PIB, caem de 3,89% do PIB em 2012 (R\$ 171,1 bilhões) para 3,85% do PIB (R\$ 183,5 bilhões) nesta Avaliação (Tabela III, em anexo).

7. DESPESA PRIMÁRIA OBRIGATÓRIA REESTIMADA PARA MENOR– Nesta Avaliação, as Despesas Primárias de execução obrigatória, exceto RGPS, tiveram aumentada a expectativa de gastos em 2013 em **R\$ 4,7 bilhões** resultantes do **efeito líquido de acréscimos de projeção de R\$ 6,4 bilhões com as reduções de projeção de 1,7 bilhão**. Os **acréscimos de projeção** decorreram de: a) auxílio à CDE de R\$ 2,0 bilhões; b) abono e seguro-desemprego de R\$ 1,5 bilhão; c) créditos extraordinários de R\$ 1,3 bilhão; d) subsídios de R\$ 1,0 bilhão; e)



sentenças judiciais de benefícios previdenciários de R\$ 0,6 bilhão e f) compensação a anistiados de R\$ 0,02 bilhão. As **reduções de projeções** decorreram de: g) complementação ao FUNDEB de R\$ 0,6 bilhão; h) sentenças judiciais de despesas de custeio e capital de R\$ 0,6 bilhão e i) gastos com pessoal e encargos sociais de R\$ 0,5 bilhão.

8. CONTINGENCIAMENTO DA LOA2013: Na Avaliação do 4º bimestre, a conclusão do Poder Executivo é que, após a reestimativa das receitas e transferências, que aumentou as Receitas Primárias Líquidas em R\$ 4,7 bilhões, a revisão das estimativas com despesas obrigatórias gerou uma maior expectativa de desembolso de igual magnitude, o que recomendou a manutenção dos limites de empenho e movimentação financeira estabelecidos na Avaliação anterior. (ver Tabela 1, em anexo). Em relação ao previsto na LOA 2013, e consideradas as três Avaliações, as despesas discricionárias contingenciadas pelo Poder Executivo para todo o exercício somam R\$ 26,9 bilhões e a redução da estimativa com gastos obrigatórios soma R\$ 5,9 bilhões.

9. RESULTADO PRIMÁRIO EXECUTADO EM 2013: De acordo com o Bacen até agosto de 2013 o resultado primário consolidado do setor público alcançou 1,73% do PIB, inferior ao registrado no mesmo período de 2012 que foi 2,58% do PIB. Nos últimos doze meses, até agosto de 2013 esse resultado foi de apenas 1,82% do PIB contra 2,47% do PIB no mesmo mês do ano anterior, o que sugere a prática de uma política fiscal mais folgada⁸.

10. DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO (DLSP): O objetivo último da obtenção de Resultado Primário e de todo o controle da evolução das contas públicas é avaliar a trajetória do endividamento que indica o grau de solvabilidade do setor público. De acordo com o Bacen, a Dívida Líquida em relação ao PIB, ou **DLSP/PIB**, registrou 33,8% do PIB em agosto de 2013 contra 35,6% em março e 35,1% do PIB em novembro de 2012. Embora levemente decrescente, apresenta forte queda em relação a janeiro de 2012 quando registrou 37,1% do PIB. A queda observada em 2012 deveu-se, principalmente, à desvalorização do real frente ao dólar e à queda na taxa básica de juros SELIC. Para 2013, nova rodada de desvalorização do real também contribuiu para a queda da relação nos últimos meses, apesar do registro de menor resultado primário e do baixo crescimento econômico.⁹

⁸ Na realidade, o resultado primário pode ser efetivamente menor se considerarmos os movimentos efetuados por conta da chamada “contabilidade criativa”.

⁹ Na ausência de endividamento adicional e da incorporação de dívidas contingentes, a relação aumenta em função dos gastos com juros (taxa de juros média aplicada sobre a dívida líquida)



11. TENDÊNCIAS DA RELAÇÃO DLSP/PIB - Observamos uma relativa estabilidade da relação **Dívida Líquida/PIB** ao longo dos últimos meses, pois a queda de gastos com Juros foi contrabalançada pelo registro de menor Resultado Primário, diante de um quadro de baixo crescimento econômico. Mais recentemente, a redução dos gastos com Juros, em decorrência da queda da taxa SELIC, pode estar sendo amortecida pelo aumento do endividamento bruto do governo geral (uma taxa menor calculada sobre uma base maior...). Essa impressão é reforçada pelas informações da **Dívida Bruta do Governo Geral**, informada pelo BACEN, que mostra que em janeiro de 2012 correspondia a 55,0% do PIB; em janeiro de 2013 saltou para 59,0% do PIB e em agosto marcou 59,1% do PIB¹⁰. O gasto com **Juros Nominais Líquidos** de todo o setor público, medidos nos últimos doze meses em janeiro de 2012, registrou o índice de 5,70% do PIB; em janeiro de 2013 caiu para 4,88% do PIB; em junho deste mesmo ficou em 4,82% do PIB e em agosto voltou a subir para 5,20% do PIB. Além da maior base de dívida bruta, a retomada recente do aumento da taxa de juros SELIC para combater a inflação também deverá contribuir para pressionar os gastos com juros a médio-prazo. Assim, mantido o baixo crescimento econômico e caso não haja nova desvalorização do real frente ao dólar e, ao mesmo tempo, não ocorra recuperação do Resultado Primário, há possibilidade de retomada de aumento até mesmo da relação **DLSP/PIB**¹¹.

12. ACOMPANHAMENTO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA - Em acompanhamento da arrecadação realizada elaborado na **CONORF/SF**, envolvendo tributos e receitas que respondem por mais de 85% da Receita Primária Bruta Total da União, constatamos que, comparada com a receita realizada até o mês de agosto de 2012, a receita arrecadada em 2013 para o mesmo período cresce em termos nominais apenas 7,16%¹². O acompanhamento gerencial da SRFB aponta para a mesma direção e magnitude: crescimento nominal de 7,22% (e real de 0,79%). E mais: nos primeiros oito meses de 2013 há uma frustração de R\$ 49,3 bilhões da

descontados do valor do resultado primário realizado e diminui com o crescimento real da economia.

¹⁰ O aumento parece derivar do crescimento das operações compromissadas do Bacen (lastreadas em títulos públicos) que saltou de 10,4% do PIB em junho de 2012 para 14,7% em agosto de 2013.

¹¹ A desvalorização do real em relação ao dólar reduz a DLSP/PIB porque valoriza em termos de real as reservas líquidas detidas pelo Banco Central a qual é dedutível no cálculo da dívida líquida.

¹² Em termos reais, admitindo uma inflação de 6,5% a.a., isso significa um acréscimo pouco acima de 0,5%. A SRFB estima um aumento real de 0,49% na arrecadação do semestre.



receita realizada em relação à receita orçamentária prevista para o período, o que reforça a ideia de que o contingenciamento de despesas foi prudente em termos de gerenciamento dos recursos públicos¹³.

13. CUMPRIMENTO DO RESULTADO PRIMÁRIO – PERSPECTIVAS - Apesar dos esforços do Poder Executivo na Avaliação do 3º bimestre em aumentar o resultado primário em R\$ 10,0 bilhões, cabe apontar que o alcance da meta somente será possível caso haja um fortalecimento na evolução das receitas primárias, o que não parece muito provável dado o baixo crescimento econômico e o fato de que nas estimativas das Receitas Administradas pela SRFB está embutida uma previsão de arrecadação de R\$ 13,0 bilhões de receitas extraordinárias, previstas para o 2º semestre, que dificilmente será realizada em sua plenitude. O mesmo historicamente acontece com a receita com Operações com Ativos, prevista em R\$ 8,0 bilhões. Assim, a realização da previsão das receitas primárias fica fortemente dependente do sucesso das receitas com Concessões, se for exitosa a arrecadação do bônus de assinatura dos contratos decorrentes da primeira rodada do pré-sal (Libra) marcada para outubro de 2013, no valor de R\$ 15,0 bilhões; com Dividendos e com *Royalties* do Petróleo, esta última dependente da continuidade de retomada do crescimento da produção do setor observada em junho último.

José Rui Gonçalves Rosa

Consultor de Orçamentos

Maria Liz de Medeiros Roarelli

Consultora de Orçamentos

¹³ Receitas do Imposto de Importação, do IPI, do Imposto de Renda, do IOF, da CSLL, da COFINS, da PIS e da Arrecadação Líquida do INSS. O Congresso Nacional acrescentou ao PLOA2013 emendas no valor total de R\$ 23,9 bilhões.



TABELA I
Resumo da Avaliação da Receita e Despesa do 4º Bim de 2013

Discriminação	R\$ milhões	
	Variações em relação à Avaliação do 3º bimestre	
1. Receita Primária Total		4.173,5
2. Transf. A Estados e Municípios		-570,8
3. Receita Primária Líquida (1-2)		4,744,3
4. Despesas Obrigatórias, incl. cré. adic. P. Judic.		4,744,3
5. Variação (3-4)		0,0

Fonte: Relatório de Avaliação do 4º Bimestre de 2013 - SOF/MP

TABELA II
Parâmetros empregados na LOA 2013 comparados com os adotados na Avaliação da Receita e Despesa do 4º Bimestre de 2013.

Parâmetros	LOA2013 [a]	Aval. 3º bim [b]	Aval. 4º bim [c]	Diferença [d] = [c-a]
PIB real - variação %	4,50	3,00	2,50	-0,50
PIB nominal - R\$ bilhões	5.001,10	4.834,40	4.773,10	-61,30
IPCA acumulado - variação %	4,90	5,70	5,70	0,00
IGP-di acumulado - variação %	5,17	4,79	4,79	0,00
Taxa Over Selic - média %	7,28	8,20	8,20	0,00
Taxa Câmbio - média - R\$/US\$	2,03	2,09	2,09	0,00
Massa Sal Nominal - variação %	12,37	11,27	11,27	0,00
Petroleo - média - US\$/barril	112,54	104,50	104,50	0,00
Salário Mínimo - R\$	674,97	678,00	678,00	0,00

Fontes: LOA 2013 e Relat. Aval. Receita/Despesa dos 2º/3º/4º Bimestres de 2013 - SOF/MP



TABELA III
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Receitas Primárias Brutas e Líquidas Estimadas para todo o exercício de 2013 - Avaliação do 4º Bimestre de 2013

(R\$ milhões)

Discriminação	Realizada 2012 [a]		LOA 2013 [b]		Aval 3º Bim [c]		Aval 4º Bim [d]		Diferença R\$ [e = b - d]
	R\$	% PIB							
I. RECEITA PRIMÁRIA BRUTA	1.060.244,7	24,08	1.253.366,0	25,06	1.184.993,6	24,51	1.189.167,1	24,91	64.198,9
I.1 Receita Administrada pela RFB	647.392,7	14,70	754.785,1	15,09	702.070,2	14,52	700.816,5	14,68	53.968,6
I.1.1. Imposto de Importação	31.067,6	0,71	33.719,0	0,67	38.087,2	0,79	38.128,1	0,80	-4.409,1
I.1.2. IPI	44.480,2	1,01	61.858,5	1,24	46.903,3	0,97	46.247,3	0,97	15.611,2
I.1.3. Imposto de Renda (liq. Incentivos)	246.511,1	5,60	282.000,1	5,64	268.270,7	5,55	268.519,6	5,63	13.480,5
I.1.4. IOF	31.023,0	0,70	37.075,8	0,74	31.564,3	0,65	30.764,6	0,64	6.311,2
I.1.5. COFINS	175.157,8	3,98	189.201,7	3,78	190.748,2	3,95	191.085,7	4,00	-1.884,0
I.1.6. PIS/PASEP	46.407,4	1,05	50.451,7	1,01	50.552,9	1,05	50.447,8	1,06	3,9
I.1.7. CSLL	56.541,5	1,28	72.920,1	1,46	62.597,7	1,29	61.918,1	1,30	11.002,0
I.1.8. CIDE-combustíveis	2.877,6	0,07	0,0	0,00	238,2	0,00	500,4	0,01	-500,4
I.1.9. Outras Administradas pela RFB	13.326,5	0,30	27.558,2	0,55	13.107,7	0,27	13.204,9	0,28	14.353,3
I.2. Arrecadação Líquida do INSS	275.764,7	6,26	315.966,1	6,32	312.966,1	6,47	313.566,1	6,57	2.400,0
I.3. Receitas Não Administradas	134.303,1	3,05	171.480,5	3,43	158.823,0	3,29	163.043,6	3,42	8.436,9
I.3.1. Concessões	2.237,1	0,05	15.679,0	0,31	23.062,0	0,48	23.912,1	0,50	-8.233,1
I.3.2. Dividendos	28.019,0	0,64	34.639,4	0,69	22.020,3	0,46	22.020,3	0,46	12.619,1
I.3.3. Contrib dos Servidores ao PSSS	9.492,6	0,22	11.544,7	0,23	11.544,7	0,24	11.544,7	0,24	0,0
I.3.4. Compens. Financeira - <i>Royalties</i>	34.131,2	0,78	47.205,3	0,94	38.007,0	0,79	38.007,0	0,80	9.198,3
I.3.5. Receita Própria (<i>F 50, 82 e 81</i>)	18.659,5	0,42	12.022,1	0,24	12.833,9	0,27	13.733,9	0,29	-1.711,8
I.3.6. Salário-Educação	14.775,0	0,34	16.324,3	0,33	16.324,3	0,34	16.324,3	0,34	0,0
I.3.7. Demais Receitas	26.988,7	0,61	34.065,7	0,68	35.030,8	0,72	37.501,3	0,79	-3.435,6
I.4 Complemento do FGTS	2.784,2	0,06	3.052,3	0,06	3.052,3	0,06	3.658,9	0,08	-606,6
I.5 Operações com Ativos	0,0	0,00	8.082,0	0,16	8.082,0	0,17	8.082,0	0,17	0,0
II. TRANSF. A ESTADOS E MUNICÍPIOS	171.128,2	3,89	204.879,2	4,10	184.104,3	3,81	183.533,4	3,85	21.345,8
III. RECEITA PRIMÁRIA LÍQUIDA (I - II)	889.116,5	20,19	1.048.486,8	20,97	1.000.889,3	20,70	1.005.633,7	21,07	42.853,1
. Estimativa do PIB nominal	4.403.010,0		5.001.100,0		4.834.400,0		4.773.100,0		

Fontes: LOA 2013 e Relatório de Avaliação do 2º, 3º e 4º Bimestres de 2013-SOF/MP.

Nota: Nas Avaliações, item I.1.9, estão incluídas deduções relativas a devolução de valor residual da CPMF.



TABELA IV
ACOMPANHAMENTO DAS PRINCIPAIS RECEITAS PRIMÁRIAS FEDERAIS {*}
(ARRECADAÇÃO LÍQUIDA DE RESTITUIÇÕES E INCENTIVOS)
PERÍODO: JANEIRO A AGOSTO de 2013

PRINCIPAIS RECEITAS PRIMÁRIAS	Realizada RFB	LOA	Realizada RFB	Real RFB 2013/	Real RFB 2013/LOA2013
	2012 [a]	2013 [b]	2013 [c]	Realiz 2012 [e=c/a]	[g= c/b]
I - Receita Administrada pela SRF	430.887	499.291	460.591	1,0689	0,9225
Imposto de Importação	20.165	22.019	23.763	1,1784	1,0792
Imposto s/ Produtos Industrializados	29.096	39.528	28.025	0,9632	0,7090
Imposto Sobre a Renda	166.604	189.786	180.085	1,0809	0,9489
Imposto s/ Operações Financeiras	20.965	24.173	19.517	0,9309	0,8074
Contrib. p/ a Seguridade Social - Cofins	112.944	122.224	125.356	1,1099	1,0256
Contrib. p/ o PIs/Pasep	30.292	32.895	33.024	1,0902	1,0039
Contrib. Social s/ Lucro Líquido	39.497	50.534	42.616	1,0790	0,8433
CIDE - Combustíveis	2.869	0	500	0,1743	0,0000
Demais Receitas	8.455	18.133	7.705	0,9113	0,4249
II - Contrib. Soc. dos Trabalhadores ao INSS	170.658	194.635	184.037	1,0784	0,9455
III - Total (I + II)	601.545	693.926	644.628	1,0716	0,9290

Fontes: LOA2013; Inf. Compl. PLOA2013; Relatório de Aval Rec e Desp 4º Bimestre de 2013 .

{*} mais de 85% da receita Primária Bruta Total.